

Nosso objetivo foi estudar a ação política de Portugal no Extremo Oeste do Brasil-Colônia na primeira metade do Século XVIII e, assim, verificar quais as estratégias utilizadas pela Metrópole para executá-la. Isto porque, através da documentação consultada, percebemos que o Reino luso tinha finalidades claras de conquista em relação às regiões até então não ocupadas pela Espanha. Foi uma deliberada política de conquista dos territórios de soberania duvidosa ou indefinida, pela qual a Coroa Portuguesa, ora tentando direcionar os mineiros, ora se servindo dos seus préstimos e achados, na maior parte das vezes, procurou surpreender os Bourbons e seus funcionários das Índias de Castela com o fato consumado da posse.

Entendemos que a questão não foi, ainda, suficientemente estudada, constituindo-se numa lacuna da historiografia regional e, dessa maneira, justificando a nossa pesquisa.

Como o arraial de Cuiabá foi a base para a conquista territorial da região, pensamos que houve uma relação entre os objetivos geopolíticos lusitanos e a instalação do poder metropolitano no dito arraial. Daí o título do trabalho, quando ainda tese acadêmica: **O poder metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no Extremo Oeste (1727/1752).**

A elevação do povoado de Cuiabá à categoria de Vila Real, a criação de várias provedorias e a transformação da área em Capitania Geral no ano de 1748 são marcos políticos cujo alcance surpreendeu as autoridades espanholas do Alto Peru e Paraguai, imobilizadas por sérios conflitos entre os colonos no período da expansão cuiabana.

A criação, também, de uma vila (Vila Bela), no Guaporé, rio tributário do Madeira, limítrofe às Missões de Moxos (Nordeste da atual Bolívia) dos jesuítas espanhóis, marca outra etapa da estratégia portuguesa. Pretendemos assim acompanhar a geografia da expansão para o Oeste assinalando, além das motivações gerais e políticas, aquelas específicas que originaram cada passo.

Na verdade, desde a exaustão dos veciros cuiabanos, no início da década de 30 do Século XVIII, parece ter havido uma inversão nas prioridades portuguesas em relação aos sertões de Cuiabá, ou seja, uma mudança de percepção da função da região na ótica de Lisboa. Nesse período, as Minas dos Guayazes (Goiás) registravam grande produção aurífera, despontando como as melhores do Oeste, enquanto a Vila de Cuiabá, no sertão plantada, estava quase deserta, abandonada pelos mineiros, migrantes da fortuna. Muitos voltaram para São Paulo, outros para os campos a prear índios, e logo, para Mato Grosso, na direção do Vale do Guaporé, mas a maioria foi mesmo para Goiás, onde as lavras eram de excelente "pinta".

Para Lisboa, os aspectos geopolíticos de Cuiabá foram se superpondo aos econômicos, e o conceito de antemural da Colônia foi se formando, isto é, foi sendo montado um território que servisse de zona protetora para as minas de ouro d'el rey e, simultaneamente, facilitasse a expansão territorial. Era preciso, portanto, não abandonar Cuiabá, e uma circunstância favoreceu essa decisão. Foi encontrado ouro nos ribeirões Sararé e Galera (afluentes do Guaporé), região denominada Mato Grosso, pelos sertanistas, por contraste com as campinas da Chapada dos Parecis, situada a Noroeste de Cuiabá. Essa região abrangeria hoje todo o ocidente do chapadão cortado pela BR-364, rodovia que liga Cuiabá a Porto Velho.

Com o novo achado o quadro mudou, e gente de todo lado se aventurou nas novas minas. A distensão espacial da Colônia atingiu o máximo, esbarrando nas Missões espanholas e nas demais partes do perímetro fronteiriço.

O apelo da Coroa para que a região não fosse abandonada foi plenamente atendido, mas a par do interesse pelo ouro, os aspectos político-militares não foram mais subalternizados. Assim, em 1749, nas Instruções dadas ao governador, D. Antônio Rolim de Moura, diz a rainha D. Maria Ana de Áustria: "Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru..." A visão geopolítica de Lisboa expressa-se nessa frase que, seguramente, procede da pena de Alexandre de Gusmão, mostrando na referência ao

Peru que os portugueses estavam, naquele momento, muito atentos às questões dos limites, em discussão em Madrid.

Ao analisar o resultado das estratégias portuguesas no Oeste, esperamos caracterizar a geopolítica do Estado lusitano naquele momento, bem como a epopéia vivida por aqueles que a serpalmilhando milhares de quilômetros, devastando sertões até impenetráveis, desenhando a configuração do Brasil atual.

Cabe aqui esclarecer que por Extremo Oeste entendemos a mais ocidental do Estado do Brasil, em meados do Século XVIII, aquele espaço geográfico do Oeste compreendido pela Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, de limites ainda maldefinidos à época. A região delimitada pelos rios Madeira, Guaporé, Paraguai e afluentes contravertentes deste e do Rio Grande (Paraná), até o Grande Salto (Quedas). O Rio Paraná era o divisor da nova Capitania com São Paulo, enquanto outro Rio Grande (Araguaia) separaria as Capitanias de Goiás e Mato Grosso, caso fossem confirmadas as circunscrições administrativas conforme os perímetros dados às comarcas eclesiásticas das Prelazias. Os limites com o Estado do Grão-Pará e Maranhão ficaram, portanto, indeterminados à época, para posterior estabelecimento.

A definição de geopolítica exige algumas considerações. Como ocorre em vários campos de estudo, o termo é polissêmico, admitindo acepções diversas. No seu sentido mais amplo, seria a política dos Estados para preservar ou conquistar territórios. Chamava-se a isso geografia política. Da relação entre a coletividade política e o espaço geográfico dependia o poder dos Estados, diz Marcel Merle, e o espaço "deve ser considerado sob três aspectos diferentes e complementares: dimensão, a configuração e a situação".<sup>1</sup> Na época do mercantilismo, quando a guerra comercial entre os Estados europeus era a norma das relações internacionais, a geografia política era parte essencial da prática da economia política de Estado. Segundo o verbete de M. Desmarest na enciclopédia francesa de 1757, a "geografia política ou civil" era uma

<sup>1</sup> MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília, Editora UnB, 1981, p.122.

seis divisões da Geografia e tratava das questões dos governos e de suas respectivas soberanias.<sup>2</sup>

Na atualidade, os geógrafos conceituam a geopolítica como área ou campo de estudo que busca explicar as decisões políticas dos Estados como condicionadas pelas variáveis geográficas. Para Pierre George, geopolítica seria o “estudo das relações entre os fatores geográficos e as ações ou situações políticas: geopolíticas das fronteiras, das capitais, das relações de força entre Estados, ou entre grupos nacionais ou étnicos no interior dos Estados...”<sup>3</sup> No entanto, os autores de *A modern dictionary of Geography* preferem conceituar geopolítica “como um termo alternativo para aquele aspecto da Geografia Política que enfatiza as relações geográficas dos Estados”.<sup>4</sup> Já para Claude Raffestin é “a geografia política, concebida como a geografia das relações de poder...”<sup>5</sup> Portanto, conforme esse autor, atualmente, toda a Geografia deveria ser Geografia Política, pois propugna por uma Geografia do poder, ou das relações de poderes (político-sociais).

A nosso ver, a definição de geopolítica como sinônimo de Geografia Política parece ser a mais apropriada, como opção, pois este conceito implica abrangência e tem a favor uma certa aceitabilidade histórica. Utilizá-lo-emos, então, com o sentido de política dos Estados europeus do século XVIII visando obter vantagens territoriais ou de posições econômicas para os seus reinos em detrimento dos adversários.

Ao falarmos também em poder metropolitano, pensamos numa certa espécie de poder. Dizia Max Weber que o poder é “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências...”<sup>6</sup> Na generalidade dessa definição, o autor já o conceitua inserido numa relação social, isto é, numa associação de subordinação e dominação. O poder, portanto, não é uma posse, um

<sup>2</sup> DIDEROT, Denis et D'ALEMBERT (orgs.). *L'Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société des gens de lettres*. Paris, chez Briasson, tome VII, MDCCLVII, p.626.

<sup>3</sup> GEORGE, Pierre. *Dictionnaire de la Géographie*. Paris, PUF, 1970.

<sup>4</sup> SMALL, John; WITHERICK, Michael. *A modern dictionary of Geography*. London, Edward Arnold, 1989.

<sup>5</sup> RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo, Editora Ática, 1993, p.29.

<sup>6</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade (Fundamentos da sociologia compreensiva)*. Brasília, Ed. UnB, v. I, p.33.

bem, é o exercício de determinada relação de dominação na sociedade. “O poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas”, escreveu Mario Stoppino.<sup>7</sup>

Pretendemos, contudo, circunscrever-nos ao poder político, isto é, àquele relativo ao poder estatal, tendente ao monopólio legítimo da coerção política, ou até da coação física,<sup>8</sup> diferente, portanto, da atual abordagem foucaultiana da microfísica do poder, que equivaleria a uma “pan-politização das relações sociais de conseqüências trágicas para quem queira limitar o seu campo de pesquisa”, no dizer de um estudioso da História do Estado lusitano.<sup>9</sup>

Desse modo, é ao poder político que Portugal exerceu sobre a sua colônia na primeira metade do Século XVIII que estaremos nos referindo.

Nessa categoria inclui-se o “poder metropolitano”, ou seja, o conjunto de instituições político-administrativas criadas em Cuiabá no processo colonizador, desde a eleição da Guarda-moria, em 1719, cujas competências do titular eram muito bem definidas pelo “regimento dos superintendentes” de 1702. Esse poder abrange tanto os poderes locais (Juízo Ordinário, Juízo de Órfãos, Câmara de Vereadores, Almotaçaria, Ordenanças, etc.), como os poderes periféricos da Coroa (Corregedoria, Ouvidoria, Provedoria, Governadoria, etc.), formando um conjunto único, organicamente identificável nas Ordenações do Reino como jurisdições dependentes de nomeações ou confirmações reais, diretas ou delegadas.

Cabe lembrar que as “cartas forais”, ou aquelas “de usanças”, o exercício de corregedoria por parte dos ouvidores e outras práticas do direito comum ou das atividades de vigilância e controle não deixam dúvidas sobre os estreitos limites da autonomia política dos poderes locais, principalmente na realidade colonial. O exercício de uma instituição que caracterizou de maneira incontestada a natureza integrada, subordinada e metropolitana do poder local na Colônia foi, sem dúvida,

<sup>7</sup> In BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de política*. 2ª edição, Brasília, Ed. UnB, 1986, p.934.

<sup>8</sup> WEBER, Max. Op. cit., p.34.

<sup>9</sup> HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan (Instituições e poder político - Portugal - Século XVI)*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994, p.16.

o Juizado de Fora, cuja presidência exclusiva da Câmara de Vereadores dispensava a parceria para o costumeiro rodízio na magistratura de primeira instância. Esse recurso, entretanto, só era utilizado para municípios especiais, ou para ocasiões especiais, a critério do Conselho Ultramarino. O Juizado de Fora para Vila Bela foi um exemplo de caso para Mato-Grosso.

Em suma, pode se dizer que o poder político no Brasil-Colônia era o institucional e que todo o poder institucional era congenitamente metropolitano, mesmo sendo exercido por paulistas nas lavras do sertão. Aliás, em Cuiabá, era prática administrativa costumeira do capitão-general de São Paulo não contestar a hegemonia paulista nas novas minas, como havia acontecido nas Gerais.

Após esclarecer os sentidos dos conceitos empregados, cabe reafirmar o objetivo maior deste trabalho, qual seja, demonstrar que houve uma deliberada política de conquista da região, implementada pela montagem de um aparelho burocrático em Cuiabá, cuja finalidade política se sobrepunha à fiscal. Esta mesma estratégia foi posteriormente utilizada, de modo explícito, em Vila Bela. Uma mesma política teria presidido a fundação de ambas as vilas (Cuiabá e Vila Bela) com vistas a concretizar os reais objetivos de Lisboa no Extremo Oeste: assegurar a posse da região.

No que diz respeito à periodização, a pesquisa se circunscreve ao período do passado colonial compreendido entre 1727 e 1752. O recorte se refere à elevação do antigo arraial de Cuiabá à categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727, 1º de janeiro) e à fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752, 19 de março), eventos importantes na história da ocupação territorial do Brasil, porque entre eles se estabeleceu a delimitação de espaços a serem ocupados pelos súditos de Portugal e Espanha em duas frentes colonizadoras que, enfim, se encontraram a Oeste.

A criação de vilas como instrumento político da Coroa é tradicional na História de Portugal. Alexandre Herculano já havia chamado a atenção para tal aspecto. As vilas transformavam espaços

político e das relações econômicas por elas "alavancadas" em redes de comunicação. Cuiabá e Vila Bela constituíram exemplos dessa estratégia de ocupação

O período estudado é exatamente o da constituição da "territorialidade" lusitana sobre aquele imenso espaço geográfico a Oeste da Colônia. Delineou-se a conformação territorial da região, e o Tratado de Madrid foi o coroamento dos objetivos geopolíticos de Portugal naquela quadra histórica. A obra de colonos e da Coroa estava "grosso modo" realizada. Restava, então, a consolidação da conquista.

A pesquisa seguiu os passos metodológicos usuais: levantamento de fontes (manuscritas, cartográficas, microfilmadas, impressas e bibliográficas), prospecção de documentos, leituras e fichamentos classificatórios de livros especializados, transcrições de microformas (fotogramas e microfimes), digitação e reprodução, releitura e classificação desse material através de fichamento por assunto.

Cabe lembrar que, dado o período e a natureza do tema, privilegamos a documentação existente no (NDIHR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da UFMT), isto é, levantamos parte do imenso acervo microfilmado dos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (A.H.U.) sobre o Centro Oeste. Trata-se de documentação manuscrita de grande importância e quase toda inédita.

Completamos esse trabalho de prospecção e levantamento de fontes primárias arrolando e transcrevendo inúmeros documentos, de códices e avulsos, no Arquivo Público de Mato Grosso, no Arquivo do Estado de São Paulo, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, no Instituto de Estudos Brasileiros (USP), no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional e no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conforme especificamos no final destas páginas. As informações das fontes primárias, quase todas de difícil e morosa leitura, foram valorizadas e complementadas pelo bil-

Caberá ainda dizer algumas palavras sobre a historiografia do tema. Do ponto de vista bibliográfico, é preciso notar que o período escolhido tem uma soma de obras especializadas bastante reduzida.

Antes de comentá-las, gostaríamos de mencionar algumas fontes primárias, tais como a crônica de Joseph Barboza de Sá, intitulada *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*, concluída em 1775 e divulgada inicialmente pelos *Anais da Biblioteca Nacional* e, ultimamente, pela UFMT/SEC, em 1975. Cronologicamente, é o texto mais importante e informativo sobre os primeiros tempos das minas de Mato Grosso. Trata-se de uma relação anual dos acontecimentos ligados a Cuiabá, desde 1718 até 1775. É concisa, contém 55 páginas na edição universitária e, de um modo geral, suas informações são relevantes e fidedignas. O autor era advogado, licenciado, como se dizia na época, vivendo em Cuiabá desde 1728, pelo menos. Foi testemunha ocular de inúmeros feitos por ele narrados, tendo inclusive participado da expedição exploradora que visitou as missões de Moxos, em 1743, tentando entabular negociações comerciais com os jesuítas. Não teve êxito.

Segue-lhe os passos o tenente Joaquim da Costa Siqueira que, na qualidade de 2º. vereador da Câmara de Cuiabá, recebeu ordens da Rainha, em julho de 1782, para registrar os fatos da História do Concelho em forma de anais. Daí surgiram as *Chronicas do Cuyabá ou Relação chronologica dos estabelecimentos, factos e sucessos mais notáveis que aconteceram nestas minas*. Na verdade, o autor fez uma compilação do trabalho de Barboza de Sá até o ano de 1765, como declarou, inclusive, de modo que sua contribuição foi a partir dessa data até 1786, compondo essas ânuas a 1ª. parte do trabalho. A segunda, que vai até 1817, foi denominada "Compendio histórico chronológico das notícias do Cuyabá, repartição da Capitania de Mato Grosso" (RIHGB, 1850, v. XIII).

Esse trabalho (o conjunto) foi extraído dos *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, cujo original se encontrava no NDIHR (UFMT) e, recentemente, foi devolvido aos cuidados do APMT. Uma cópia manuscrita foi encontrada por Toledo Piza que a divulgou (1ª. parte) na *Revista do IHG.SP*, 1898/1899, v. IV.

Entre as crônicas do Século XVIII, devemos incluir o *Anal de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1734* que, na verdade, é "a primeira peça histórica oficial de Mato Grosso", conforme a apresentação da *Revista do Arquivo Público do Estado*, 1982/1983, v. 1, n.º. 2. Foi escrita pelo 2º. vereador de Vila Bela, Francisco Caetano Borges, em 1754, anterior, portanto, aos *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*. Essa obra se achava desaparecida e foi publicada, em 1940, nos *Anais do Congresso do Mundo Português*, volume X.

O texto contém excelentes informações sobre os arraiais da região do Vale do Guaporé e elucida a questão das primeiras descobertas do ouro naquelas paragens denominadas Mato Grosso. Contradizendo Barboza de Sá, o documento afirma, desde o título, que elas ocorreram em 1734 e não anteriormente. Por outras fontes, pudemos constatar a veracidade desta informação.

Filippe José Nogueira Coelho, provedor da fazenda a partir de 1776, escreveu "Memórias chronologicas da Capitania de Mato-Grosso (Principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro)", publicada pela *Revista do IHGB*, de 1850. É uma crônica, como as demais até aqui comentadas, porém, bastante especializada em assuntos fazendários, cujo tratamento revela a competência do autor. Nela podemos encontrar a narrativa dos feitos cuiabanos desde o descobrimento das minas do Coxipó até o final da década de 1770, passando muitos dados sobre escravos, tributos, preços e valores (das entradas e dos quintos) utilizados por historiadores como Taunay, Sérgio Buarque, Boxer e Virgílio Noya Pinto, entre outros.

No primeiro terço do Século XIX, houve a elaboração de três obras que trataram de Mato Grosso, no período que nos interessa.

Em 1828, o sargento-mor engenheiro Luiz d'Alincourt, chefe da "Comissão Estatística e Topográfica da Província", redigiu um relatório que intitulou *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da Província de Matto-Grosso*, o qual contém um pequeno capítulo em sua segunda parte, referente à História de Cuiabá dos primeiros tempos. Não traz maiores novidades, pois pode se notar que trabalhou com os dados das crônicas, mas, fechando o capítulo, há uma excelente relação descritiva das tribos

índigenas e seus costumes e “habitat”. A obra como um todo traz valiosas informações estatísticas e qualitativas sobre a Província e foi divulgada pelos *Anais da Biblioteca Nacional*, volumes III (1877/1878) e VIII (1880/1881).

O livro de Robert Southey que, entre 1810 e 1819, escreveu pela primeira vez uma *História do Brasil* realmente geral, talvez já possa ser enquadrado no campo da bibliografia. Há alguns capítulos nos volumes V e VI<sup>10</sup> que nos interessam. São aqueles referentes às missões dos jesuítas espanhóis, dos tumultos no Paraguai e da “rebelião dos comuneros”, nas décadas de 1720 e 1730. Sobre Cuiabá, propriamente, acrescenta muito pouco, registrando, por exemplo, o episódio do infortúnio dos irmãos Leme em 1723. Já sobre as minas de Mato Grosso e principalmente sobre as expedições comerciais às missões de Moxos fez o autor descrições bastante pormenorizadas. Foi o caso da viagem de Manoel Felix de Lima que desceu o Rio Madeira, entrou no Amazonas e chegou a Belém do Pará, em princípios de 1743. O autor tinha o relato de viagem dos aventureiros e descreveu uma verdadeira epopéia.

Esse relato é importante para nós porque tal aventura, mais que uma transgressão à ordem real de 1733 proibindo caminhos novos para as minas, mostra o desespero dos mineiros fugindo dos credores e das execuções e, com isso, inaugurando toda uma via nova de comércio entre Mato Grosso e Belém. Apesar da punição imposta aos transgressores, o Conselho Ultramarino se interessou por conhecer em detalhes a proeza daqueles sertanistas. Na correspondência do governador do Grão-Pará com o Secretário do Ultramar, pudemos observar todas as providências para a organização de uma grande expedição exploradora às cabeceiras do Rio Guaporé, levada a efeito em 1749/1750.

O Barão de Eschwege dedicou um capítulo à “Descoberta, extração e apuração do ouro na Província de Mato grosso” no seu *Pluto brasiliensis*,<sup>11</sup> publicado em 1833. Como informação relevante para nossa pesquisa, há a referência à descoberta das minas do Rio Arinos em 1746/1747 e a navegação pioneira feita nesse rio pelo sertanista João de

<sup>10</sup> SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo, Editora Obelisco, 1965, 6 v.

<sup>11</sup> ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. São Paulo, Edusp/Itatiaia, 1979, 2 v.

Souza Azevedo que, descendo pelo Tapajós, chegou a Belém do Pará. Há a registrar, também, o capítulo chamado “Resumo da legislação de minas”, no qual Eschwege transcreveu os vários regimentos que as regulamentavam.

Em meados do século, surge a contribuição de Varnhagen, na *História Geral do Brasil*,<sup>12</sup> que, para nós, circunscreve-se a alguns itens do capítulo XLII, do tomo IV. Neles, o autor, após descrever a riqueza inicial do veieiro de Cuiabá e a dificuldade de acesso àquelas minas, narra com grande pormenor as investidas dos índios Payaguá contra os monçoeiros. Utilizou a “notícia practica” do capitão João Antônio Cabral Camello que participou da monção na qual voltava para São Paulo o ex-ouvidor de Cuiabá, Lanhás Peixoto, e descreveu o massacre dela, em junho de 1730. Esse episódio teve grandes conseqüências nas deliberações políticas de Lisboa, como, por exemplo, a decretação de “guerra justa” àquela tribo e confederadas. Em relação à parcimoniosa contribuição do Visconde de Porto Seguro sobre as minas de Cuiabá disse Taunay, o autor da “História Geral das Bandeiras Paulistas”: “Bem sabemos quanto Varnhagen, em geral, pouco desenvolveu os capítulos da descoberta e apossamento dos territórios centrais e conseqüentes achados do ouro”.<sup>13</sup>

Produção contemporânea à de Varnhagen foi a do Visconde Beuarepaire Rohan, os “Annaes de Matto Grosso”, de publicação póstuma, pela *Revista do IHGSP*, tomo XV, de 1910, devido aos “contínuos e exagerados, por vezes, escrupulos...” diria Affonso de E. Taunay. Sua narrativa começa em 1718 e termina em 1824 e nela o autor transcreve muitos documentos e inventaria todos os ataques dos Payaguá contra os de Cuiabá.

Para uma História de Mato Grosso colonial, imperiosa é a inclusão do nome de J.M.P. de Alencastre, que redigiu os “Annaes da Provincia de Goyaz”, obra divulgada pela *RIHGB*, tomo XXVII, parte II, 1864. Nela podemos encontrar muitos importantes documentos sobre o

<sup>12</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1956, 5 v.

<sup>13</sup> TAUNAY, Affonso de E. *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*. São Paulo, Imprensa Oficial, 1949, p.20.

Centro Oeste e Mato Grosso, inclusive a ata de elevação de Cuiabá à categoria de Vila, peça rara, não citada pelos cronistas anteriormente referidos. O trabalho de Alencastre é referência obrigatória para qualquer História comparada daquelas duas Capitânicas do Oeste.

Das numerosas obras de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, sobre Mato Grosso, interessam-nos os *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*, que terminam em 1856 e, de uma maneira geral, seguiram o modelo dos *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá* já citados, sem fazer grandes acréscimos às informações sobre as primeiras décadas de Cuiabá. São, no entanto, muito valiosos para o período dos oitocentos. No último terço do Século XIX, apareceram três obras sobre a História de Mato Grosso, com contribuições para o período colonial. A primeira, de Joaquim Ferreira Moutinho, um comerciante português, surgiu em 1869 e foi denominada *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*. Ao descrever a situação de Cuiabá e da Província, durante a guerra do Paraguai, o autor faz uma retrospectiva histórica da cidade, desde a fundação da Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em primeiro de janeiro de 1727.

Outra contribuição é o relato de viagem de um general-médico: uma descrição geo-etnográfica de Mato Grosso, no pós-guerra do Paraguai, com incursões na História da Região. Trata-se do livro *Viagem ao redor do Brasil (1875/1878)*, editado em 1880, do Dr. João Severiano da Fonseca, irmão do futuro proclamador da República. Esta obra contém dois capítulos que dizem respeito a Mato Grosso colonial: o primeiro é um "Esboço histórico dos começos da província e a fundação de Cuiabá" e o segundo, sobre as "Origens da cidade de Mato Grosso, descobrimento do alto-Paraguai e da via fluvial para Belém, no Pará". A descoberta de lavras no alto Paraguai, em 1745/1746, foi importante por dois motivos: 1) ocorreu em momento de grande ansiedade, pois os mineiros se encontravam bastante endividados; 2) para grande decepção e desespero deles foram encontradas inúmeras pedras, identificadas como diamantes. A partir dessa constatação, o antigo arraial de Nossa Senhora do Bom Parto se transformou em distrito diamantino, com as implicações decorrentes.

Encerrando a centúria, surge o livro do Visconde de Taunay sobre *A cidade do ouro e das ruínas: Matto-Grosso, antiga Villa-Bella* (O Rio Guaporé e sua mais ilustre vítima), cuja primeira edição data de 1891. Nele encontramos alguns capítulos que serviram à nossa pesquisa, por exemplo, os de números I (Pombal e Mato Grosso), VII (Fundação de Villa-Bella), IX (As ruínas de Villa-Bella) e os dois primeiros capítulos da segunda parte sobre "Os arraiais em torno de Villa-Bella e a Chapada".

Quanto à historiografia do Século XX, conta com a produção universitária, resultante dos cursos de pós-graduação, mas, antes de nos referirmos a ela, é necessário repassar às obras dos historiadores que não envolveram desses cursos.

O livro de João Pandiá Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação*, foi lançado em 1904/1905 e dele utilizamos particularmente o item V, "A era dos descobertos em Matto-Grosso", no qual o autor, baseando-se em Pedro Taques, Nogueira Coelho e D'Alincourt, resume em dez páginas a mineração em Mato Grosso. No item seguinte, faz o mesmo sobre Goiás. Consideramos, no entanto, muito bem fundamentada a terceira parte do livro, sobre a legislação mineira, na qual o autor discute, em profundidade, os fundamentos do direito português sobre o assunto. Tal como no trabalho de Eschwege, é de muito interesse, também, a parte referente às técnicas de mineração para os estudiosos.

Dos *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu, cuja 1ª edição é de 1907, temos quatro preciosas páginas tratando das minas de Cuiabá. É a síntese das sínteses, no seu estilo de frases curtas e lapidares. Por exemplo: "sem serem procuradas apareceram as minas de Cuiabá... tirava-se ouro da terra como nata de leite, na expressão pitoresca de Eschwege. Os bandeirantes viraram mineiros sem pensar e sem querer..."

Falando sobre as monções, seus naufrágios, sacrifícios e ataques de índios, concluiu: "(...) e depois de tantos perigos encontravam a mais negra miséria em Cuiabá".<sup>14</sup> Tudo isso faz parte da sua descrição de "O sertão". No capítulo X, "Formação dos Limites", podemos encontrar

<sup>14</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira - MEC/INL, 1976, p. 139.

excelente histórico sobre a formação de nossas fronteiras, pertinente à tese que defendemos.

Não poderíamos deixar sem registro a nota de Capistrano de Abreu, publicada ainda em 1884 e inserida como capítulo de *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, denominada "A bandeira de Francisco de Melo Palheta ao Madeira e o documento da narração da viagem", na qual o historiador divulga o diário da navegação da cidade de Belém às missões jesuíticas de Moxos no Alto Peru, desde 11 de novembro de 1722 até 12 de setembro de 1723. Pela "relação" consta que Palheta e seus companheiros navegaram pelo Madeira, Mamoré, Beni e Rio Branco, porém não entraram no Guaporé.

Em 1918 aparece *Capitania de São Paulo (Governo de Rodrigo César de Menezes)*, rigoroso e documentado estudo de Washington Luís sobre o primeiro governo, de fato, da Capitania de São Paulo. Como o Governador foi para Cuiabá fundar a vila, em meados de 1726, a mando de D. João V, boa parte do livro é dedicada às minas de Cuiabá e Goiás. Conforme lembra o autor, Rodrigo César implantou em Cuiabá o aparelho do Estado Metropolitano e disciplinou os mineiros, utilizando os rigores da lei. Depois de seu governo "não há mais paulistas, há apenas Capitania de São Paulo, e essa mesma tão decadente que, desmembrada, ia acabar anos depois como uma dependência, um anexo da Capitania do Rio de Janeiro".<sup>15</sup>

O trabalho do advogado e historiador mato-grossense Estevão de Mendonça é extremamente útil à História Regional. Elencou os principais fatos das lides cuiabanas em forma de pequenos verbetes e divulgou-os em 1919 com o título de *Datas mato-grossenses*. Em sua aparente aridez, trazem inúmeras e importantes informações a respeito do tema.

Nesta relação de pesquisas sobre Mato Grosso, tem importante lugar a obra de Affonso de E. Taunay. O grande historiador de São Paulo fez publicar em 1922 pelos *Anais do Museu Paulista* (tomo I, parte I) o seu ensaio intitulado "Um grande bandeirante: Bartholomeu Paes de

<sup>15</sup> LUÍS, Washington. *Capitania de São Paulo (Governo de Rodrigo Cesar de Menezes)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 269.

Abreu (1674/1738)". Tratava-se da biografia do capitão, sertanista e sesmeiro dos campos de Curitiba, pai do cronista Pedro Taques e irmão de José Leite da Silva Ortiz, genro e companheiro do 2º Anhanguera. Ele tinha negócios em Cuiabá, mas, do lado de Mato Grosso, suas atividades ganharam relevo quando propôs ao governador de São Paulo a abertura de um caminho terrestre para o Rio Grande (Rio Paraná) e daí até as "minas do Cuyabá". Isso ocorreu em 1721, mas por circunstâncias e desencontros, quando da chegada do capitão-general Rodrigo César de Menezes a São Paulo, o sertanista estava fora da cidade e seu projeto foi preterido em favor de um concorrente, que também não o realizou. A partir desse episódio, até o final de sua vida, lutou Paes de Abreu, dramaticamente, por esse objetivo, que não conseguiu alcançar. Por coincidência do destino, nos últimos dias de agosto de 1737, quando a Câmara de São Paulo realizava a derradeira Junta para tratar do assunto, com a participação ativa do sertanista, chegava a Cuiabá a primeira grande boiada vinda de Goiás, pelo caminho que se inaugurava. O desconhecimento desse fato pelos paulistanos foi devido à imperiosa urgência de se fazer a estrada, por Goiás, em 1736/1737, por causa da renovação dos ataques dos índios canoeiros. A Câmara de Cuiabá, então, resolveu tomar a iniciativa do empreendimento que foi realizado por Antônio de Pinho Azevedo e outros sertanistas.

A história do caminho terrestre para Cuiabá é importante porque através dela verifica-se a impossibilidade de se sustentar a conquista sem resolver o problema do abastecimento. As monções, além de serem jornadas de alto risco pelos obstáculos naturais (cerca de 114 cachoeiras e itaipavas), eram fustigadas pelos índios e, freqüentemente, os monçoeiros eram massacrados. A opção seria abastecer Cuiabá por Goiás, como defendia Paes de Abreu, deixando os Payaguá e Guaykurú no Pantanal e na Vacaria, onde habitavam, com a função de "guardiães da fronteira". Foi, em certo sentido, o que terminou prevalecendo, após o início da interminável guerra contra os índios canoeiros e cavaleiros.

As atividades de Bartholomeu Paes de Abreu também muito esclarecem a empresa das descobertas das minas goianas, pois foi um dos sócios da empreitada e seu principal inspirador.

Da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, outra monumental obra de Taunay, editada entre 1924 e 1950, muito nos servirão os volumes IV, VI, X e XI. Os dois primeiros por tratarem das expedições de exploração e apresamento no Itatim, território do atual Estado de Mato Grosso do Sul, no Século XVII. Os dois últimos, para nós mais importantes, porque se referem aos tempos pioneiros de Cuiabá e Goiás, assim como das monções cuiabanas. Particularmente o volume X - "Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso" - é bastante detalhado, elencando uma série imensa de pequenas biografias de paulistas e reinóis nas minas cuiabanas, comentando os cronistas do Século XVIII e terminando com os feitos do Governo de Rolim de Moura.

Taunay foi o primeiro historiador a utilizar a correspondência de D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, governador de São Paulo e Minas do Ouro, em 1719, dando notícias das descobertas de Cuiabá. Ele encontrou essa correspondência na Seção I, do Arquivo Público Mineiro, enquanto nós encontramos sua cópia na "Seção Conselho Ultramarino", do IHGB, no Rio de Janeiro. São documentos importantíssimos para a História do Extremo Oeste do Brasil, pois dizem respeito às notícias de ouro nas vizinhanças do Rio Paraguai e registram a apreensão do Governador sobre a novidade, determinando este que o ouvidor de São Paulo, Raphael Pires Pardiniho, investigasse o caso e mandasse os sertanistas abandonarem a área.

Em nossa opinião, como efeito imediato de tais notícias, D. João V apressou o despacho sobre a separação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, em 24 de janeiro de 1720. Nessa resolução, aguardada há meses pelo Conselho Ultramarino, o soberano determinava, também, que se fundasse, naquele sertão desconhecido, uma povoação para conter os castelhanos, pois a notícia de encontros com jesuítas no Paraguai o preocupara.

Há, ainda, alguns comentários a serem feitos sobre os relatos que o autor paulista organizou com as notícias práticas recolhidas dos sertanistas, comerciantes e viajantes. Eram informes, diários de navegação, roteiros de caminhos, muitos deles feitos a pedido do Pe. Diogo Soares, nas décadas de 1730 e 1740, para auxiliarem os estudos desse matemático sobre as coordenadas geográficas da Colônia.

Essas relações, compilações de Taunay, foram inicialmente lançadas pela Livraria Martins Editora, s/d. e, posteriormente, pela Edusp/Itatiaia, sob os títulos: *Relatos monçoeiros* e *Relatos sertanistas*. No primeiro, há a Notícia Prática sobre a "Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Menezes", de fevereiro de 1727, escrita por seu secretário, Gervásio Leite Rebelo. Por ela, fica definitivamente comprovada a utilização do varadouro de Camapuã, em 1726, como ponto de passagem no roteiro das monções, abandonando-se assim o curso do Mbotetey, pelo Campo Grande da Vacaria. Depois as "Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiasés... que dá ao Rev. Pe. Diogo Soares o capitão João Antônio Cabral Camello... no ano de 1727", nas quais estão registradas as impressões deste último sobre vários aspectos daquela Vila, onde permaneceu até maio de 1730. Como complemento, ainda descreveu o assalto dos Payaguá contra a monção do ouvidor de Paranaguá, da qual fez parte e conseguiu sobreviver. No mesmo livro ainda podemos encontrar a "Relação da viagem que fez o Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim, da cidade de São Paulo para a vila de Cuiabá em 1751".

Nos "relatos sertanistas", há que destacar a "Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas de Cuiabá e seu recôncavo". Peça preciosa para a historiografia cuiabana, pois, nela, declara o Pay-Pirá (Pires de Campos), descobridor daquelas paragens, que habitava a região a tribo dos Cuiabá, fato nunca admitido pelos cronistas coevos. Em outro relato, temos as "Notícias de Antônio Pires de Campos dadas por Antônio do Prado Siqueira no ano de 1769", confirmando a autoria do relato anterior e esclarecendo a questão da origem do nome da cidade de Cuiabá e do seu rio.

O engenheiro, geógrafo, historiador e secretário do IHGB, Virgílio Corrêa Filho, começou sua longa carreira de escritor em 1924, quando veio a lume o 1º. volume das *Raias de Mato Grosso*,<sup>16</sup> completado nos dois anos seguintes com mais três volumes.

<sup>16</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *As raias de Mato Grosso*. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1924/1926, 4 v. Foi um esforço exaustivo. Faltou-lhe, porém, a documentação metropolitana e

O volume IV, sobre a fronteira ocidental, dedica todo um capítulo à expedição de José Gonçalves da Fonseca, mestre-de-campo do Grão-Pará, que empreendeu uma viagem exploratória às lavras de Mato Grosso, em 1749/1750. Tinha este uma missão: tudo observar, anotar e redigir, em forma de relatório circunstanciado para o Conselho Ultramarino de Lisboa, sobre a situação dos portugueses nos vales do Madeira e Guaporé. No mesmo volume, aborda o autor "O sistema das demarcações" elaborado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão Pará, e as vicissitudes das ditas demarcações na Capitania de Mato Grosso, aspecto que muito nos interessou por se referir aos resultados conseguidos por Portugal em sua expansão para o Oeste.

Embora seja vastíssima a obra de Virgílio Corrêa Filho, interessamos destacar mais três volumes, apenas. Um deles é *A cata de ouro e diamantes*, publicado em 1926, bastante denso em dados históricos, apesar de possuir apenas oitenta páginas.<sup>17</sup> Trata da mineração no arraial e na vila de Cuiabá, assim como das muitas lavras e arraiais que surgiram na região, na primeira metade do Século XVIII. Um dos capítulos aborda a questão da decadência do extrativismo mineral, na segunda metade do século, fato que o autor atribuiu ao despreparo técnico dos faiscadores.

*Os pantanais matogrossenses*, de 1946, é um trabalho de caráter mais geográfico. O Pantanal é descrito pormenorizadamente, com muito apoio estatístico, e com informações sobre a ocupação daquele espaço. Há também muitos dados sobre os índios que habitaram a região e que, portanto, são úteis à etnografia.

*História de Mato Grosso*, editado primeiramente em 1969 pelo INL, foi a mais importante obra de Virgílio Corrêa Filho. É um volumoso compêndio, bem articulado na argumentação e no rigor metodológico. De seus treze capítulos, oito nos foram da maior utilidade, começando pelos três primeiros em que trata da Terra, do Homem e da Conquista.

---

espanhola, que seria divulgada na década de 50 do século passado com os trabalhos de Jaime Cortesão sobre Alexandre de Gusmão, o Tratado de Madrid e a divulgação de manuscritos da *Coleção De Angelis*, pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>17</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *A cata de ouro e diamantes*. Rio de Janeiro, Editora Pongetti e Cia., 1926.

O autor narrou episódios importantes do Século XVIII que só ele fundamentou adequadamente. Como exemplo, podemos citar o conflito que envolveu o Senado da Câmara de Cuiabá, o ouvidor Vaz Morilhas e o governador Antônio Rolim de Moura, entre 1751 e 1760, e terminou com a deposição e prisão do ouvidor, além do confisco de seus bens.

Outra obra relevante para nossa pesquisa é a de Basílio de Magalhães, caracterizada por Affonso de Taunay como "o livro que verdadeiramente veio sintetizar uma multidão de estudos esparsos, (...) monografia (...) apresentada ao I Congresso de História Nacional, realizado em 1914 no Rio de Janeiro, a monumental *Expansão Geográfica do Brasil* até fins do Século XVII... são 150 páginas in-octavo, que resume bibliotecas..."<sup>18</sup>

A edição definitiva saiu em 1935, pela Brasiliana, acrescida do capítulo denominado "Expansão geográfica do Brasil no Século XVIII", do qual três itens dizem respeito diretamente a este trabalho, quais sejam: dois sobre Mato Grosso e Goiás e um terceiro, no qual o autor trata da "Influência da expansão na política da Metrópole e no desenvolvimento do Brasil". Segundo ele, a expansão provocada pelo bandeirismo no Sul e Oeste, conjugada à ocupação do interior pelas fazendas de gado, e a ação dos missionários no Norte, com as atividades do droguismo, teriam provocado uma mudança na política metropolitana no sentido da revisão do Tratado de Tordesilhas.

Esse ponto de vista é só parcialmente aceito por Jaime Cortesão pois, para este, a verdadeira mudança de posição de Lisboa só ocorreu no início da década de 1740, quando as guerras, gastos e bloqueios convenceram D. João V de que a Colônia do Sacramento era insustentável e que melhor seria contentar-se com um "equivalente", ou seja, o interior do Continente de São Pedro. Quanto ao Extremo Oeste, caso houvesse dúvidas sobre a posição do meridiano de Tordesilhas (pelo "mapa das Cortes", elaborado em Lisboa, Belém e Cuiabá tinham o mesmo meridiano!), seria a compensação pelas Molucas, apossadas pelos espanhóis.

---

<sup>18</sup> TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1924, 11 v., v. 1, p. 11.

21

O Rei insistiu em continuar com Tordesilhas, até 1741, pelo menos, considerando que a linha ia de foz a foz, do Amazonas ao Prata, fronteiras naturais. Houve, portanto, outros fatores, relacionados à conjuntura européia, que convenceram D. João V da insustentabilidade daquela posição. As observações astronômicas dos "padres matemáticos" que percorriam o Brasil, nessa época, não devem ser subestimadas também.

Roberto C. Simonsen lança, em 1937, *História Econômica do Brasil (1500/1820)*, estudando a evolução das conjunturas através de ciclos econômicos, como havia feito João Lúcio de Azevedo para a economia de Portugal. Apesar da riqueza de dados da obra, no tocante à mineração de Mato Grosso e Goiás é muito parcimoniosa. No entanto, o resumo sobre as estimativas de extração de ouro no Brasil colonial e o capítulo XII intitulado "Os fundamentos econômicos da ocupação do Amazonas" nos foram de muita valia.

Cabe lembrar, ainda, o trabalho "Bandeirantes no Ocidente", do cônego Luiz Castanho de Almeida divulgado na *RIHGSP*, v. XL. Nele, o autor esclarece dois importantes pontos: 1º. a preação de índios na Vacaria, durante os primeiros tempos das Minas Gerais, tinha continuado até 1718, embora menos intensa; 2º. os nomes dos sorocabanos que participaram com Pascoal Moreira Cabral da expedição de 1718, no Coxipó, foram relacionados por ele, que os tirou dos registros da Paróquia e da Câmara de Sorocaba.

Charles R. Boxer, em *A idade de ouro do Brasil (Dores de crescimento de uma sociedade colonial)*, tem um capítulo dedicado a Cuiabá que intitulou "Fronteiras moveáveis e monções", do qual um terço trata da Colônia do Sacramento, centro das preocupações lusitanas até a assinatura do Tratado de Madrid. Começa desta maneira a sua descrição sobre a mineração cuiabana:

*Enquanto as regiões fronteiriças meridionais iam passando pelas vicissitudes que aqui descrevemos em linhas gerais, acontecimentos muito mais dramáticos estavam se dando no Extremo Oeste brasileiro. Um bando de paulistas que perdera suas terras em Minas Gerais, como resultado da 'Guerra dos Emboabas', ou estaria apenas dando vasão à sua tradicional paixão*

*ambulatória na busca de ameríndios para escravos, descobriu, acidentalmente, ouro de aluvião em escala destumbrante, na região do Rio Cuiabá, no ano de 1718. Um desses grupos, trabalhando com três escravos durante um mês e meio, conseguiu 900 oitavas de ouro, 'não tendo mais ferramentas de que valesse para aquele exercíssio do que dous canos de espingardas, pois lhe servião em lugar da alabancias'. Esses pioneiros relataram que a região... estava ocupada por uma 'multidão e diversidade' de gentio...'<sup>19</sup>*

O autor fundamentou seu trabalho, em grande parte, nos cronistas dos setecentos. Ao finalizar o estudo, faz duas afirmações: a primeira de que "a rivalidade entre paulistas e emboabas levava a sérios conflitos entre os dois grupos em Goiás, em 1736. Tal inimizade era menos evidente em Cuiabá e Mato Grosso, presumivelmente por ser essencial à união, em face da ameaça formidável representada pelos paiaguás e guaicurús".<sup>20</sup>

Parece certa a afirmação, convindo acrescentar, talvez, que em Cuiabá os paulistas eram sempre maioria em relação aos reinóis, enquanto em Goiás houve maior afluxo de "emboabas", das Minas Gerais e Bahia. Para essa relativa paz em Cuiabá teria contribuído, também, a presença do próprio capitão-general Rodrigo César, cioso de preservar a hegemonia paulista.

A segunda afirmação é sobre as ordens proibitivas contidas no Decreto Régio de 27 de outubro de 1733, no qual o Soberano interditava a comunicação das minas com o Estado do Maranhão e Grão-Pará, interdição por sinal suspensa em 1752, para o Rio Madeira, e mantida para o Tocantins, até 1773, e Tapajós, até 1790. Segundo Boxer, "os pioneiros paulistas e portugueses, que marcaram os caminhos dos rios entre Mato Grosso e Belém do Pará, em 1742/1750, ignoravam tais ordens, e assim ganharam aquela imensa região para a Coroa de Portugal, mesmo a despeito dela própria".<sup>21</sup>

Não é esta a posição de Cortesão, nem de David M. Davidson, que defendeu tese sobre o assunto, cujo texto comentaremos adiante.

<sup>19</sup> BOXER, C.R. *A idade de ouro do Brasil (Dores de crescimento de uma sociedade colonial)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963, p.223/224.

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 235

<sup>21</sup> Idem, ibidem, p. 236.

13

Cabe, entretanto, adiantar alguns fatos. Pelas referências bibliográficas anteriores, já vimos como o sargento-mor Francisco de Melo Palheta fez a exploração dos rios Madeira, Mamoré e Beni em 1722/1723, por ordens superiores. Vinte anos depois, Manuel Felix de Lima e Manuel de Freitas Machado foram presos em Belém, como nos relatou Southey. Porém, já em 1747, João de Souza Azevedo, que havia descido até Belém pelo Tapajós, não apenas manteve a sua liberdade como integrou a expedição que foi de Belém a Mato Grosso, em 1749/1750. Enquanto isso, em Portugal, Manuel Felix foi alvo de atenção e interrogatório, orientado pelo conselheiro Alexandre de Gusmão, para que expusesse em detalhes a sua façanha. Nessa época, as negociações para o Tratado de Limites estavam em pleno andamento em Madrid e, por último, as "Instruções" da Rainha ao Governador de Mato Grosso, de 19 de janeiro de 1749, eram peremptórias: fizesse máxima utilização da navegação pelo Guaporé para demonstrar posse da região aos espanhóis. "Fareis freqüentar quanto for possível a navegação e pesca do rio Guaporé..." (loc. cit.). Portanto, a nosso ver não procede, inteiramente, a afirmativa de que apenas graças aos aventureiros a bacia do Madeira foi incorporada à América Portuguesa.

Sobre este assunto, encontramos excelentes referências, todas documentadas, tanto num ensaio de Arthur César Ferreira Reis, como no livro de João Lúcio de Azevedo sobre os jesuítas do Grão-Pará<sup>22</sup> nos quais eles demonstram que a conquista da região foi o resultado de várias iniciativas, entre as quais se destacaram as entradas oficiais, o estabelecimento de reduções religiosas na Amazônia Ocidental (aldeias de Trocano e Abacaxis dos jesuítas, no Madeira) e as aventuras dos mineiros de Mato Grosso.

A contribuição de Marcos Carneiro de Mendonça à historiografia nacional já é bastante conhecida e alentada, mas interessa-nos relembra um pequeno ensaio do autor sobre *A longínqua e preciosa Capitania de Mato Grosso no século XVIII*, editado em 1969. Nele, expôs, em 34 páginas, originadas de uma conferência, toda a problemática da demarcação do

<sup>22</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Paulistas na Amazônia e outros ensaios*. RIHGB, v. 175 e AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará - Suas missões e a colonização*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. 415.

Tratado de Madrid, no trecho Jauru-Madeira, cujo encarregado, da pa. e de Portugal, era o governador de Mato Grosso. Transcrevendo inúmeros documentos, principalmente a correspondência entre Rolim de Moura e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, irmão do futuro Conde de Oeiras, demonstra (confirmando as afirmações de Jaime Cortesão) que os portugueses haviam fundado Vila Bela do lado espanhol da linha de limites! Isto porque a linha divisória era uma reta traçada da boca do Jauru à foz do Sararé (afluente do Guaporé, logo acima de Vila Bela). Na mesma situação encontravam-se algumas lavras de ouro! De fato, "de todas as Capitânicas Gerais do Estado do Brasil, do século XVIII, a de Mato Grosso sempre foi a de limites mais confusos. Confusos com os seus vizinhos castelhanos, e confusos com os vizinhos de casa...". Talvez por causa dessa confusão (Mato Grosso, como se sabe, teve problemas fronteiriços com Goiás, Amazonas, Bolívia e Paraguai...), o autor mais recentemente resolveu organizar enorme massa documental sobre o assunto, com o título de *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*.<sup>23</sup>

Neste comentário, é imperativo destacar a obra de Sérgio Buarque de Holanda, cujas informações e interpretações são tão valiosas para a História do Brasil e para nosso tema em particular.

O livro *Monções*, surgido em 1945, trata especificamente das relações entre São Paulo e Cuiabá. Até então, o período colonial da região mato-grossense fora abordado pela historiografia nacional do Século XX mais pelo aspecto das bandeiras, do bandeirismo e da mineração que pelo do comércio relacionado a esta última atividade. Minerar implica colonizar, povoar, normatizar, organizar a produção (extração) de ouro e pedras, garantir a subsistência e assegurar o comércio. Foi esse último ângulo o abordado por Sérgio Buarque de Holanda em "Monções". Ele estudou o cordão umbilical que ligava Cuiabá a São Paulo, através do caminho fluvial que partia de Porto Feliz e transportava, em levadas sucessivas, aventureiros e faiscaidores, mas sobretudo aqueles interessados em abastecer a região e, assim, iniciar um comércio promissor e lucrativo.

<sup>23</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca Reprodutiva Xerox, 1985.

14

Descrevendo as “conservas de canoas de povoado”, como se dizia na época, o autor faz um verdadeiro inventário da geografia monçoeira e, principalmente, da cultura sertanista: como viajavam e sobreviviam no sertão inóspito aqueles aventureiros “amoldando-se às asperezas de um mundo rude (...) com a consistência do couro, não do ferro...”<sup>24</sup>

Outro livro do professor Sérgio Buarque de Holanda de imensa valia para nós foi publicado mais recentemente. Trata-se de *O Extremo Oeste*, obra inacabada e de edição póstuma. Nela pretendia o autor ir às raízes da disputa e conquista do Extremo Oeste (para ele, o atual Mato Grosso do Sul), seja como Extremo Oeste de São Paulo seja como a “Nova Biscaia” de um Paraguai ampliado. Remontando ao início da colonização ibérica na América, o livro termina, na conjuntura do Século XVII, desenhando variáveis para o capítulo seguinte, que seria mais conclusivo, provavelmente.

Uma das hipóteses aventadas para o “refluxo” assuncenho, por exemplo, seria a relativa marginalização do Paraguai desde o início do século, talvez desde 1617, quando é fundada a Província do Rio da Prata. Nas palavras do autor: “Parece fora de dúvida que essa atrofia se relaciona em parte com a posição marginal que passara a ocupar essa conquista castelhana, mesmo em confronto com o Rio da Prata. O estabelecimento do Paraguai surgira, antes de tudo, em função das riquezas já indistintamente pressentidas na cordilheira ocidental (...) O desmembramento das partes do sul para formar-se a província do Rio da Prata vai consagrar uma situação de fato”.<sup>25</sup>

Dessa maneira, pode-se assim depreender que, no exame da História do Paraguai e de sua conformação, devemos ter presentes dois fatores de máxima relevância: a marginalização da região por causa da estrada real Buenos Aires-Tucuman-Potosi e o estabelecimento das missões jesuítas, privando os *encomenderos* de mão-de-obra praticamente gratuita.

A localização dessas missões, nos limites (Itatim, Guairá, Uruguai), além de haver atraído preadores mamelucos, delimitou geograficamente

<sup>24</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 165.

o espaço assuncenho. Esse fato teria sido, também, um incentivo a mais para os ataques Payaguá às monções, já que os Sarigüê (Payaguá do Norte) passaram a se interessar pelo aprisionamento de escravos africanos (além do ouro) que eram negociados em Assunção pelos Tacumbu (Payaguá do Sul), pois as relações que esses “dois subgrupos mantinham entre si” permitiam aos primeiros, através dos segundos, negociarem “o fruto dos seus saqueios” (*Ibidem*, p.79).

Finalizando o livro, Sérgio Buarque discorre ainda sobre as semelhanças e diferenças entre paulistas e assuncenhos no modo de ser e de marchar sertão a dentro, sobre a exploração a pé e a cavalo. O texto, contudo, como já foi referido, ficou inconcluso.

No fundamental, podemos entender que Sérgio Buarque tentava equacionar os impulsos históricos maiores que moveram os de São Paulo e Assunção, as conjunturas e diferentes objetivos de colonos, bandeirantes, jesuítas e comerciantes, além das Coroas. Buscava apreender as motivações mais fortes, combinando-as com os meios de realização. Destacou também um fato curioso: o medo, sempre presente nos cuiabanos de uma invasão castelhana, foi precedido pelo medo que Castela teve dos paulistas, em relação a Potosi, durante todo o Século XVII.

O autor de *Raízes do Brasil* publicou ainda muitos outros trabalhos de grande valia, mas acreditamos que esses dois sejam os de maior interesse para o nosso tema.

Jaime Cortesão é outro autor importante. Seu livro *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*<sup>26</sup> foi editado pelo Itamaraty a partir de 1950, como parte das comemorações do bicentenário do Tratado. Trata-se de obra enciclopédica, composta de 9 volumes, dividida em cinco partes, cada qual com dois tomos, exceto a última. Assim, a primeira parte é dedicada à biografia de Alexandre de Gusmão (1695/1753); a segunda, às obras do biografado; a terceira e quarta partes são documentos dos antecedentes e das negociações do Tratado de Madrid e a última diz respeito às execuções e delimitações impostas pelo mesmo Tratado.

<sup>26</sup> CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional, 1950/1956, 9 v.

15

Considerando dispensável um comentário sobre a importância extraordinária da grande massa documental divulgada nessa obra, tentaremos fazer um resumo das teses do autor relacionadas ao nosso projeto.

1. Para Cortesão, Alexandre de Gusmão foi o grande artífice do Tratado e, por consequência, do reconhecimento das fronteiras da América Portuguesa, no Século XVIII;
2. Nas negociações com a Espanha, Gusmão e os demais aconselharam o rei a fazer uma opção: ceder a Colônia do Sacramento ou manter um estado de guerra permanente na América, exaurindo ainda mais o tesouro de D. João V. Cabe lembrar que Sacramento estava sitiada desde 1735 e sua cessão implicava uma ruptura da posição inflexível de Lisboa a respeito.
3. Alexandre de Gusmão fazia *tábula rasa* do Tratado de Tordesilhas desde 1736, procurando alternativas no direito romano (*uti possidetis*) e no jusnaturalismo de Grotius e Locke. Isso implicava legitimar posses mútuas, de espanhóis na Ásia (17 graus de longitude) e de portugueses na América. Não se discutiriam mais as transgressões dos respectivos meridianos, partindo-se do *status quo* para tentar solucionar as divergências no Prata e na Amazônia;
4. O Tratado foi criticado por muitos em Portugal e Espanha, inclusive pelos jesuítas. As mortes dos principais protagonistas (D. João V, Gusmão, D. José de Carvajal, D. Maria Bárbara de Bragança e D. Fernando VI) muito contribuíram para o malogro do Tratado. No entanto, os seus princípios norteadores foram confirmados posteriormente;
5. Jaime Cortesão caracteriza o Tratado de Madrid como uma expressão de mudança nas políticas externas dos dois reinos ibéricos, uma tentativa

de aproximação, buscando, ambos, certa neutralização da influência britânica sobre Portugal e sobre os eventos ibéricos, em geral. Lembra os seguintes fatores para a mudança da política portuguesa em direção a um entendimento com a Espanha:

- a) a sufocante hegemonia inglesa em Portugal, drenando os recursos para fora do Reino. Havia fortes indícios de que a Inglaterra pretendia se instalar diretamente no Estuário Platino, desde o início da guerra anglo-espanhola em 1739;
- b) a intransigência espanhola no Prata, não aceitando a partilha e mantendo a Praça sitiada, desde 1735;
- c) aumento extraordinário das despesas com a defesa da Colônia do Sacramento e a cessação do lucro com o contrabando e o comércio de gado e couro;
- d) caducidade do Tratado de Tordesilhas devido às descobertas no Centro-Oeste e ocupação das Missões Portuguesas na bacia do Amazonas.

Foi esta conjuntura, propiciada ainda pelas negociações de paz entre Inglaterra e França, na Guerra de Sucessão da Áustria, e pela ascensão de Fernando VI e D. Maria Bárbara de Bragança ao trono espanhol, em 1746, que conduziu os plenipotenciários ibéricos à mesa das negociações para discutirem os limites das suas colônias americanas. Ponto importante, destacado por Cortesão: ao tratado de limites, seguir-se-ia um tratado comercial entre os dois reinos.

Apesar da obra conter algumas afirmações duvidosas, como, por exemplo, a da motivação que teria desempenhado na História Territorial do Brasil o mito da configuração de uma Ilha Brasil, cujo perímetro seria delineado pelas bacias do Amazonas e do Prata, hipótese que parece não ter sido aceita por Sérgio Buarque de Holanda, no *Extremo Oeste* (p.93); apesar também de um certo ufanismo que atribuía elevado peso à esperteza lusitana, ou à genialidade do santista para o bom êxito daquelas negociações, posições que, também, mereceram reparos do professor supracitado (loc. cit.); apesar disso, repetimos, constitui *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* a obra mais completa, fundamentada e de

perspectivas mais abrangentes sobre o tema, sempre atual e fascinante, que envolve a configuração de um continente.

Abrimos parênteses para lembrar a atualidade do assunto. Ainda recentemente, foi lançado o livro de Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo*,<sup>27</sup> no qual diz o autor que “no Tratado de Madrid os portugueses concordaram, em troca do reconhecimento pela Espanha das fronteiras fluviais ocidentais do Brasil, em renunciar ao controle da Colônia do Sacramento e das terras imediatamente ao norte, no estuário do Prata, um objetivo que os espanhóis havia muito aspiravam a alcançar pela força” (p.52).

Essa afirmativa nos parece incompleta ou simplificada: na verdade, as conquistas a Oeste induziram os ministros portugueses à mudança de atitude em relação a Sacramento. Esta é a posição de D. Davidson e parece-nos correta, mas deve ser integrada com outras variáveis. Afinal, o negociador plenipotenciário de Portugal em Madrid, general Tomás da Silva Teles, Visconde de Vila Nova de Cerveira, em um só momento colocou na mesa de negociações uma proposta de troca de “equivalentes territoriais” de áreas que não fossem circunvizinhas, exceto a barganha, implícita, das áreas asiáticas (pendentes desde o Tratado de Saragoça, de 1529) pelos avanços lusitanos em Cuiabá e Mato Grosso. Os negociadores portugueses não negociariam posições solidamente estabelecidas, como aquelas, cuja estratégia de domínio remonta às descobertas das minas do Coxipó, conforme pretendemos demonstrar neste trabalho.

Na década de setenta, alguns trabalhos sobre Mato Grosso Colonial merecem ser destacados. O primeiro, pela ordem cronológica, do professor David M. Davidson, *How the Brazilian West was won: Freelance and State on the Mato Grosso Frontier (1737/1752)* (Como o Oeste brasileiro foi conquistado: colonos e Estado na fronteira de Mato Grosso), no qual o autor procura demonstrar que a conquista da Região foi devida à ação tanto de colonos como às iniciativas diplomáticas de Lisboa. Em suas palavras: “Mas à luz do nacionalismo a alongada sombra do bandeirante obscureceu o papel crucial do Estado em definir e assegurar a fronteira

<sup>27</sup> MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

oeste...” (tradução e grifo nossos).<sup>28</sup> Para fundamentar sua tese, Davidson ressalta a importância que teve a navegação pelo rio da Prata e o papel do fator geográfico de primeira ordem na História da incorporação da Região à América Portuguesa, como já foi visto em Boxer e outros historiadores, aqui mencionados.

A segunda contribuição foi o livro de J. R. Amaral Lapa, *Economia Colonial*, cujo primeiro capítulo é inteiramente dedicado a Mato Grosso. Nele, o autor discorre sobre as “Monções do Norte”, aquelas ligando Vila Bela a Belém do Pará, desde meados do Século XVIII. Esse enfoque é importante porque demonstra o caráter continental do comércio desde aquele período, o que o autor vai salientar no seu último trabalho, denominado *O Interior da Estrutura, paper* apresentado no I Congresso Brasileiro de História Econômica, em setembro de 1993, na USP.

Outro trabalho é a tese de Uacury Ribeiro de Assis Bastos, defendida na USP,<sup>29</sup> que trata da *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767/1801)*. O autor situa historicamente aquela expansão, sustentando, na verdade, várias teses. Entre estas, a de que: 1ª. “a partir do Século XVII os assuncenhos tiveram barradas suas possibilidades de penetração ao norte pela presença mbaiânica. A própria cidade de Assunção foi ameaçada...”; 2ª. a “Província jesuítica dos Itatins, considerada pelos estudiosos do bandeirismo como resultado das incursões paulistas, sofreu de maneira irreparável os ataques mbayânicos que terminaram por desalojar definitivamente os jesuítas da região”; 3ª. “a luta entre jesuítas e colonos do Paraguai pelo uso da mão-de-obra indígena culminando com a revolução dos 'comuneros', cujo período crucial coincidiu com a descoberta do ouro de Cuiabá, não pode deixar de ter uma correlação com a liberdade do desenvolvimento da mineração nas minas de Miguel Sutil”; e 4ª. “o sistema de colonização espanhola vedando à população de Assunção comunicações com o território que circundava Santa Cruz de la Sierra, criou condições propícias à penetração brasileira...”

<sup>28</sup> DAVIDSON, David M. *How the Brazilian West was won: Freelance and State on the Mato Grosso Frontier (1737/1752)*. In: ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of California Press, 1973, p. 61.

<sup>29</sup> BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. “Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767/1801)”. *Boletim*. São Paulo, USP/FFLCH, n. 4, 1978.

Como se vê, esses temas que discutem a limitação da expansão castelhana para Leste, no momento mesmo em que se dava o descobrimento das minas de Cuiabá, foram importantes sobretudo para o segundo capítulo do nosso trabalho, quando tratamos da expansão geográfica cuiabana.

Nesse sentido, era esclarecedora a tese de livre docência da professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo, intitulada *Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718*<sup>30</sup>, na qual a autora, baseando-se em documentação dos jesuítas do Paraguai, mostrou como a proibição real de comunicação pelo Chaco (1717) coincidiu e facilitou a penetração dos paulistas na bacia do Paraguai.

Outra obra de destaque nos anos setentas foi o excelente livro de Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, da Coleção Brasileira de 1979, em que um bom número de páginas é dedicado à mineração do ouro em Mato Grosso, com dados valiosos sobre a extração local. Nessa pesquisa, o autor defende e comprova a tese de que importações portuguesas foram sustentadas pelas exportações do ouro brasileiro.

A partir da década de oitenta, com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, muitas pesquisas sobre Mato Grosso vêm sendo divulgadas. É o caso da de Alcir Lenharo, *Crise e mudança na frente Oeste de colonização* (UFMT, 1982), de Luiza Rios Ricci Volpato, *A conquista da terra no universo da pobreza* (Hucitec, 1987), o livro de Maria de Lourdes Bandeira, *Território negro em espaço branco - Estudo antropológico de Vila Bela* (Brasiliense, 1988), e o de Denise Maldini Meireles, *Guardiães da fronteira - Rio Guaporé - Século XVIII* (Vozes, 1989), entre outros.

Lenharo estuda "o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração", como diz o subtítulo do seu trabalho, relacionando, pois, o comércio à mineração e a crise desta à busca de alternativas, entre as quais o contrabando da prata do Alto Peru, incentivado, inclusive, pelas autoridades coloniais portuguesas.

O trabalho de Volpato também é sobre o mesmo período pesquisado por Lenharo, de modo que apenas o capítulo primeiro tem o recorte cronológico da nossa obra. É o que trata da formação do conceito de antemural da Colônia. Nos demais, a autora trata especificamente da defesa das fronteiras, ou da "política de fronteira", num quadro de crise do "antigo sistema colonial", de muita pobreza e falta de recursos. Focaliza, em especial, os Governos de Rolim de Moura (1751/1764), Luiz de Albuquerque (1772/1789) e João Carlos Augusto D'Oeynhausen (1807/1819).

Ao estudar o Tratado de Madrid e a criação da Capitania de Mato Grosso, procura caracterizar a função geopolítica que teve a fundação de Vila Bela, no Guaporé. Nosso estudo também fundamentou essa afirmação e mostrou que esse acontecimento foi o corolário natural da "política de conquista" implementada desde a elevação de Cuiabá à vila, com a implantação de um aparelho de Estado naqueles sertões, visando aos objetivos geopolíticos do Reino.

O citado livro de Denise Meireles se circunscreve a um espaço geográfico (Rio Guaporé, Século XVIII) que era a delimitação da fronteira, tendo a autora dividido a obra em duas partes: as "missões espanholas" e o "Guaporé Lusitano". Contudo, como a contribuição sobre a primeira metade do Século XVIII é bastante reduzida e apoiada somente em fontes bibliográficas, o maior interesse do livro para nós esteve na narrativa sobre as missões de Mojos e Chiquitos. Foram 25 missões em Mojos, sendo a de Loreto a mais antiga, de 1682, e a de San Miguel, a mais nova, fundada no lado lusitano do Guaporé, em 1746. As missões de Chiquitos, no planalto, eram menos numerosas: dez no total, sendo San Javier a mais antiga, de 1691, e a de Santo Corazón de Jesus a mais nova, de 1751.

Diz a autora que: "no Século XVIII, se as reduções guaranis, as missões de Chiquitos e de Mojos tivessem estabelecido uma comunicação regular e se tivesse havido tempo de ser feita uma interligação entre seus territórios, a extensão teria sido considerável. Entretanto, as províncias conservaram-se separadas e, na opinião de Lugon, estranhas uma à outra" (p.90).

<sup>30</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. "Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718". *Revista de História*. São Paulo, USP/FFLCH, n. 39/40/41/42, 1959/1960.

18

Nisso, a referida tese da professora Eulália M. L. Lobo mostra que houve uma conjugação de interesses entre a Coroa Espanhola e os comerciantes de Santa Cruz de la Sierra, contrários à comunicação Paraguai-Chiquitos, via Chaco. À formulação condicional da questão, como apresentada pela antropóloga, a historiadora respondeu que esse era o projeto jesuítico, cuja implementação foi tentada insistentemente, através da abertura do caminho fluvial-terrestre entre as missões do Paraguai e de Chiquitos. Quando o Pe. Arce teve êxito nessa empreitada, entre 1715 e 1717, razões mais poderosas intervieram e impuseram a proibição do novo caminho. Interesses da Coroa e dos comerciantes de Santa Cruz de la Sierra obrigaram os jesuítas a utilizar o velho caminho de Tucumán, por onde, teoricamente, a prata de Potosi era mais controlada.

Enquanto isso, do lado do Brasil, o ouvidor de São Paulo, em carta de dezembro de 1717 ao Conde de Assumar, dá conta de que sertanistas de Itu vinham encontrando com frequência Padres da Companhia no Rio Paraguai, o que o preocupava e mandaria investigar. Era o quadro de conflito que se delineava. Houve uma enorme coincidência histórica entre a proibição do caminho Paraguai-Chiquitos, em 1717, e as investidas dos sertanistas, na direção de Cuiabá, em 1717/18.

Pelo livro *Guardiães da fronteira* de Denise Meireles ficamos conhecendo a estrutura missionária, sua história e projetos. Criaram uma formidável força potencial, de milhares de arcos, com cavalaria, que seria mobilizada pela Espanha, em caso de conflito: "É inacreditável", diz a autora, "que essas províncias missionárias permaneçam ainda tão mal conhecidas, a despeito da sua imponência e importância histórica". (Op. cit., p.10)

Teses houve que enfocaram a primeira metade do século dezoito, porém subsidiariamente, como introdução à temática principal da pesquisa. Incluímos neste caso os trabalhos de Valmir Batista Corrêa, Elmar Figueiredo de Arruda e Jovan Vilela da Silva. O primeiro fez um retrospecto do período colonial em sua tese de doutoramento sobre *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889/1943)*, defendida na USP em 1981, na qual afirma que "os fundamentos do sistema colonial na região de Mato Grosso fizeram-se presentes através de rígidos mecanismos de

controle da exploração aurífera e da implantação de guarnições de fronteira, cujos objetivos exclusivos eram a proteção dos centros mineradores, o anteparo à penetração castelhana e a defesa contra correrias indígenas". (Op. cit., p. 20) Na sua dissertação de mestrado, também defendida na USP, em 1976, o autor já havia caracterizado esses aspectos da nossa formação político-social como elementos constitutivos da violência e seu papel no processo histórico da região.

A dissertação de mestrado de Elmar Figueiredo de Arruda, intitulada *Formação do mercado interno em Mato Grosso - Século XVIII*, defendida na PUC/SP, em 1987, procurou questionar e rebater a noção amplamente divulgada na historiografia de Mato Grosso sobre a decadência da mineração no Século XVIII, na região. "Não encontramos declínio acentuado, muito menos queda, na produção do ouro das lavras matogrossenses", disse ele na introdução do seu trabalho, argumento que desenvolveu posteriormente no capítulo denominado "O ouro e suas entrelinhas".

Dessa afirmativa inicial, partiu o autor para algumas inferências sobre a formação do mercado interno da Capitania de Mato Grosso, analisando as atividades ligadas à pecuária, à produção e extração locais e à constituição de uma rede de abastecimento relacionada ao incremento da população. Esse seria um esboço de modelo "do processo de desenvolvimento econômico intra-capitania" (op. cit., p.181), isto é, da existência e desenvolvimento em Mato Grosso colonial de um "pequeno complexo econômico". (Op. cit., p. 95) No que concerne ao problema da decadência da mineração, tendemos a concordar com as críticas do autor à interpretação da historiografia tradicional. Discordamos, no entanto, sobre a afirmação de que não teria havido queda da extração do ouro na década de 1730. No transcorrer da redação, fundamentamos os nossos argumentos no sentido comprobatório daquela queda, fenômeno plenamente consciente por parte de comerciantes, mineiros e autoridades coevas.

A dissertação de Elmar Figueiredo de Arruda pode muito bem ser considerada como uma monografia pioneira para a História Quantitativa de Mato Grosso.

O trabalho de Jovan Vilela da Silva, *A Capitania de Mato Grosso: política de povoamento e população - Século XVIII*, defendida na USP em 1994, é composta de duas partes. A primeira trata de política de povoamento, e a segunda, da demografia no território mato-grossense, sobretudo na segunda metade do Século XVIII.

Essa pesquisa nos foi útil pois trata da insistente e deliberada política de ocupação daquelas terras, o que reforça nossa hipótese de que, a partir das lavras de Goiás e do relativo declínio das cuiabanas, houve uma inversão nas prioridades de Portugal com relação a Cuiabá, começando a prevalecer os aspectos políticos sobre os econômicos. Isto para nós fica evidente na década de 1730. Até então, os interesses fazendários da Coroa, em Cuiabá, predominavam sobre os demais. Basta lembrar que entre os órgãos criados, ainda na época do Arraial, as Provedorias tinham precedência. Com as manifestações de esgotamento das lavras e com o movimento de abandono da recém-criada Vila, a política de Lisboa se tornou mais cuidadosa para assegurar a sobrevivência daquele bem situado núcleo. Assim, se já havia intenção geopolítica desde o início, ela se revigorou com a expansão, à retaguarda, da extração aurífera goiana.

Portanto, esse estudo sobre a “política de povoamento” vem reforçar nossa tese da “política de conquista”, realizada pela implantação do aparelho de Estado em Cuiabá e, depois, em Vila Bela.

Carlos Francisco Moura, pesquisador do NDIHR/UFMT, tem regularmente divulgado os resultados de suas pesquisas sobre Mato Grosso, geralmente voltadas para o período colonial. Vamos mencionar três desses trabalhos, pela ordem de interesse: 1º. *Arraial de Cuyabá, Vila Real do Senhor Bom Jesus (1719/1727)*;<sup>31</sup> 2º. *Os Paiaguás, 'índios anfíbios' do Rio Paraguai*,<sup>32</sup> 3º. *A contribuição naval à formação territorial do Extremo Oeste*.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> MOURA, Carlos Francisco. *Arraial do Cuyabá, Vila Real do Senhor Bom Jesus (1719/1727)*. Cuiabá, 1979.

<sup>32</sup> Idem. *Os Paiaguás, 'índios anfíbios' do Rio Paraguai. Separata do Suplemento dos Anais Hidrográficos*. Rio de Janeiro, V Reunião de História da Náutica e da Hidrografia, tomo XLI, 1984.

<sup>33</sup> Idem. *A contribuição naval à formação territorial do Extremo Oeste (Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul)*. Rio de Janeiro, 1986.

No primeiro, dos raros que estudam especificamente o Arraial (1719/1726), Moura destaca, documentadamente, três situações importantes: uma experiência de governo no concelho provisório eleito pelos mineiros por ordem do Governador, o cotidiano no Arraial, em 1725, e a elevação à Vila.

No segundo, sobre os Payaguá, faz o autor uma descrição, acompanhada de centenas de notas de referências e selecionada bibliografia, dos mais variados e interessantes aspectos da vida, costumes e história desse povo nômade do Pantanal, de curso, como diziam os paulistas. Não descuidou, inclusive, de mencionar características físicas, psicológicas, a organização política e social e a condição da mulher.

No final do estudo, aborda Carlos F. Moura a delicada questão da extinção desse povo com a “guerra-justa” a ele declarada em 1732. A partir daí, aproximaram-se mais dos assuncenhos e foram por eles “aculturados”. Formavam com os Guaykuru (Kadiwéu) a poderosa nação mbayânica, que os sertanistas muito temiam, posto que, confederados, estes índios dominavam não apenas os pântanos como as campinas. Os portugueses só conseguiram dominar a região fazendo as pazes com os cavaleiros no final do Século XVIII.

No terceiro e último ensaio, o autor descreve a variada diversidade de tipos de canoas que eram utilizadas nas monções, tanto as do Sul, que iam de Itu para Cuiabá, como as do Norte, que subiam de Belém para Vila Bela. Discorre, ainda, sobre o plano de defesa militar elaborado por Antônio Rolim de Moura para Mato Grosso.

Não poderíamos encerrar este comentário bibliográfico sem fazer referência à recente contribuição de Carlos Alberto Rosa, com sua tese de doutorado denominada *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (Vida urbana em Mato Grosso no Século XVIII - 1722/1808)*, defendida na USP em fins de 1996. Trata-se de trabalho de fundamental importância para as nossas pesquisas.

Nela, Carlos Rosa demonstra a existência de uma “política urbanizadora” em Cuiabá, desde os primórdios, isto é, desde a época de arraial, levada a efeito pelas autoridades portuguesas. Essa tese é concebida na perspectiva de analisar a vida urbana colonial como uma

das mais importantes dimensões do processo colonizador. Apoiado em atualizada bibliografia especializada, Rosa argumenta pela natureza instrumental (política e econômica) das vilas e cidades do Brasil-Colônia, como elementos constitutivos de um sistema (rede articulada e hierarquizada de consumo, produção e abastecimento) que tornava possível o exercício do poder em determinada região. Isso pressupõe tomar o fenômeno urbano como totalidade, isto é, como núcleo de relações de dominação social e, portanto, de poder político.

“A constituição da Capitania de Mato Grosso”, disse ele, “assim, teve no binômio urbano Cuiabá/Vila Bela um eixo estrutural...” (Op. cit., p. 62) Não por coincidência, nesse recorte geográfico, inscrevemos as duas balizas do nosso trabalho.

O autor também confirma nossa argumentação sobre a existência de uma “política de conquista” por parte de Lisboa, pois a preocupação urbanizadora e os cuidados com a sobrevivência da Vila denotam as intenções de permanência no local.

Para concluir esta relação de obras sobre Mato Grosso dos setecentos, lembremos o livro de Paulo Pitaluga Costa e Silva, intitulado *Estudo bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*, editado em Cuiabá, no ano de 1992. É, sem dúvida, a mais exaustiva pesquisa bibliográfica sobre a região, relacionando autores e assuntos em ordem alfabética. São 3282 autores.

Por último, havia saído do prelo o livro de Elizabeth Madureira Siqueira, provavelmente o melhor manual didático sobre a História de Mato Grosso, cuja primeira parte é toda dedicada ao período colonial.<sup>34</sup>

Pelo que foi visto, há uma razoável bibliografia sobre Mato Grosso que, no entanto, não impede um estudo minucioso da primeira metade do Século XVIII, como este pretende ser, inter-relacionando aspectos econômicos, políticos, sociais e administrativos, obedientes a um quadro geopolítico desenhado em função das conjunturas atravessadas pelos países ibéricos.

<sup>34</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Revivendo Mato Grosso*. Cuiabá, SEDUC, 1997.

Este trabalho se estruturou em duas partes, precedidas da introdução agora exposta. Na primeira delas, denominada **A instalação do poder metropolitano em Cuiabá**, achamos importante descrever a montagem do aparelho de Estado em Cuiabá, pois que, desde 1720, quando surgiram em Lisboa as notícias dos primeiros achados do ouro, insistia D. João V em fundar ali uma vila com o claro objetivo de conter a expansão castelhana (jesuítica ou de colonos) para Leste.

Em 1725, Carta Régia de 6 de agosto determinava, pela segunda vez, mas não a última, a Rodrigo César de Menezes que fosse a Cuiabá e fundasse lá uma vila. Em novembro de 1726, chegava às novas lavras o capitão-general com uma numerosa comitiva de 3.000 pessoas, incluindo o ouvidor de Paranaguá, como corregedor de justiça. Este presidiu as eleições da vereança local e demais oficiais da Câmara.

A partir daí foi importante verificar as instituições políticas em nível regional, sejam as locais, eletivas e as instâncias periféricas da Coroa, isto é, a estrutura institucional que lá se formou, e como se deu o exercício do poder político. Dois aspectos desse poder metropolitano se apresentavam aos mineiros de modos diferentes: enquanto instituições ligadas à Justiça, como o Juízo Ordinário, dos Órfãos e Ouvidoria, resolviam, também, de uma forma geral, os conflitos interparticulares, na competência do direito civil; os órgãos mais especificamente da Fazenda (as Provedorias) atendiam, quase exclusivamente, aos interesses da Coroa, sobretudo fiscais. A Provedoria da Fazenda, a mais importante delas, foi criada em Cuiabá em 1726, antes da sua elevação à Vila.

O Estado Absolutista era, ainda, bastante jurisdicionalista nessa época, e, na prática, cada oficial, verdadeiramente, só tinha que prestar contas ao Rei, através do Conselho Ultramarino (no caso colonial), principalmente em regiões sem a presença permanente de capitães-generais, como as minas de Cuiabá e Goiás. A cadeia de comando burocrático não era hierarquicamente rígida, permitindo uma grande autonomia dos poderes subalternos e intermédios. Esse fenômeno do comando escalonado Weber identificou como característica da forma racional-burocrática do poder moderno, diferente da tradicional do

Antigo Regime.<sup>35</sup> Dessa natureza jurisdicionalista (através de jurisdições outorgadas, adquiridas ou reconhecidas de cargos, funções e títulos) do exercício do poder, originaram-se os intermináveis e insanáveis conflitos institucionais do Estado Absolutista: disputas do governador contra o ouvidor, deste contra todos, principalmente contra os provedores, e dos oficiais periféricos da Coroa contra os oficiais locais, etc. Todos se consideravam representantes d'el-rey e relativamente autônomos nas respectivas jurisdições.

121  
A discussão sobre o quadro do poder metropolitano político-institucional exige a inclusão da sede da Capitania em São Paulo e o papel do governador e capitão-general. Para Cuiabá, era este, em princípio, o administrador-mor. No entanto, as distâncias (seis meses de perigosíssima viagem) transformavam-no em privilegiado transmissor de ordens e correspondente assíduo do Conselho Ultramarino. Como as notícias passavam forçosamente por São Paulo, ele era uma voz sempre ouvida nas deliberações sobre toda a região. O mesmo já não se pode dizer do vice-rei, que raramente aparece na correspondência entre as autoridades.

Na História de Mato Grosso, a Bahia também aparece através das apelações à Relação de Salvador.

No aspecto eclesiástico, antes da criação da Prelazia, em 1745, a freguesia de Cuiabá (chamada vigararia) era sufragânea do Bispado do Rio de Janeiro, passando depois à circunscrição eclesiástica do Arcebispado de Salvador.

A grande instituição dessa época era o Conselho Ultramarino, o filtrador das questões para o rei: apelações, representações e lamentos. Tudo passava pelo Órgão, sempre bem informado a respeito de todos os assuntos. Assim, na Corte, o que contava para Cuiabá eram: o Conselho e o rei.

Já os últimos anos da década de 20 do Século XVIII marcam o início da dispersão cuiabana, com todos os problemas daí advindos, comprometendo a sobrevivência da Vila.

<sup>35</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília, Editora da UnB, 1991, 2 v., v.1, p.142/144.

Essa dispersão será examinada mais detalhadamente na segunda parte, cujo título é a **Expansão para Oeste e implicações geopolíticas**. Nela tratamos da geografia da expansão, articulando-a com os objetivos de Portugal e as negociações do Tratado de Madrid. A Vila de Cuiabá foi a base de expansão para a ocupação da região. Dali partiram as novas bandeiras de preação de índios e garimpagem, quando, a partir de 1730, houve uma "diáspora", com o decréscimo da produção dos aluviões cuiabanos. As conseqüências desse fenômeno foram as descobertas de inúmeras lavras nos vales dos afluentes do Guaporé e Arinos, a Noroeste do atual Estado de Mato Grosso. A bacia dos formadores do rio Madeira seria o ponto máximo de distensão da ocupação portuguesa alcançado às vésperas do Tratado de 1750.

No tocante à expansão, foi necessário ver também as formas de ocupação e domínio dos portugueses na área. Não era um espaço vazio a tomar posse, e sim bastante povoado por índios, segundo o depoimento do cronista coevo Joseph Barboza de Sá: "... e intrando pelas grandes bahias que acompanhão as margens deste grande rio (Paraguai, adendo nosso) forão achando tantas naçoens de gentes que não cabem nos arquivos da memória e só me lembro das seguintes: Caroyas, Taquasentes, Xixibes, Xanites, Porudos, Xacorores, Aragoares, Coxipones, Pcuris, Araponeses, Moccos, Guatós, Araviras, Buripocones, Arapares, Hytapores, Iaymes, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraes, Penacuicas e outros".<sup>36</sup> Das tribos de que o cronista se lembrava e registrou, quão poucas são mencionadas em nossos dias! Foi uma luta feroz pelo domínio daquele espaço, uma verdadeira guerra de extermínio.

Esses conflitos foram pontilhados de circunstâncias que favoreceram o avanço luso-paulista. A primeira delas foi o estancamento da progressão espanhola no médio Paraguai, devido às ações não conjugadas de Mbayá (Guaykuru e Payaguá) e bandeirantes (destruição de Santiago de Xerez). Os Mbayá foram, em Mato Grosso, as verdadeiras "muralhas do sertão", expressão utilizada pelo Conselho

<sup>36</sup> SÁ, Joseph Barboza de. *Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato-Grosso de seus princípios até os presentes tempos (1775)*. Cuiabá, UFMT, 1975, p.10.

Ultramarino para definir a situação dos índios de Rio Branco, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, no final do Século XVII.<sup>37</sup>

Outra circunstância histórica ocorreu em 1717, quando a cédula real de Madrid proibiu a comunicação direta (via Chaco, pantanal) entre as Missões do Paraguai e de Chiquitos, províncias jesuítas, por causa da prata de Potosí. Ora, nesse ano subiram o Paraguai-São Lourenço não apenas Pascoal Moreira Cabral, fundador de Cuiabá, como muitos outros cabos-de-bandeira, além de Antônio Pires de Campos, o "Pay Pirá", o pioneiro, que descia pelos mesmos vales. Os sertanistas chegaram, várias vezes, a cruzar com os padres da Companhia, no Rio Paraguai, conforme comunicaram às autoridades portuguesas da época, mas como havia a proibição, os conflitos pela posse do alto Paraguai foram evitados.

Além disso, a "Revolução dos Comuneros", de 1717/1735, foi fatal para a expansão espanhola. Nesse período, como veremos, ocorreu a ocupação cuiabana, da qual só em 1735 as autoridades espanholas se deram conta. A "Revolução Comunera" manteve os colonos e jesuítas espanhóis voltados para a disputa do poder no Paraguai. A própria organização das missões, na linha Paraguai-Chiquitos-Moxos, constituía, na prática, um *límite*, era um antemural defensivo, na estratégia de Madrid. Para a política dos Bourbons de Espanha, seguindo a tradição dos últimos Áustrias, isso era uma reserva de milhares de arcos, "os guardiães da fronteira", conforme a denominação de Denise Maldini Meireles.<sup>38</sup>

Portanto, eram as "Missões" um duplo limite para os colonos de ambas as Coroas. Os paulistas, após derrotas de algumas bandeiras no final do Século XVII, começaram a respeitar aquela resistência e procuraram o rumo Nordeste, o rumo de Cuiabá.

Incluímos também nessa parte algumas informações sobre as minas e o comércio, bem como as consequências demográficas e de comunicação que daí advieram.

Em função do objeto de nosso trabalho, o Tratado de Madrid mereceu atenção especial, dado que as negociações no contexto ibérico de 1746/1750

resultaram na solução que todos conhecemos para os limites do Brasil, dilatados pela expansão para o Oeste.

Assim, ao apagar das luzes de seu longo reinado, D. João V deixava encaminhada, ao filho herdeiro, a questão mais importante das relações exteriores do Reino: a segurança das fronteiras coloniais da América Portuguesa.

<sup>37</sup> cf. FARAGE, Nélia. *As muralhas de serião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

<sup>38</sup> cf. MEIRELES, Denise Maldini. *Os guardiães da fronteira (Rio Grande - Século XVIII)*. Petrópolis, Vozes, 1989.